

O novo normal

Banalização da corrupção, da violência e do preconceito são sinais de perda dos valores democráticos

Alguns anos atrás, em Cocal, no Piauí, um ex-prefeito se vangloriou em uma reunião, estufando o peito cheio de si, de ser homem honesto, já que havia roubado menos que aquele que na época exercia o poder. Ou seja, levando em conta a milimetragem de sua régua moral, bastaria roubar menos para poder se considerar automaticamente mais honesto.

Anos depois, o país acompanha o caso da doutora Deolane Bezerra, que adquiriu fama por surpreender seu companheiro MC Kevin com outra mulher e ele, ao tentar fugir pela varanda, caiu, estatelou-se e morreu. Acumula ela milhões de seguidores nas redes sociais, como orgulhosa advogada da bandidagem. Hoje, se vê presa, acusada de lavagem de dinheiro e associação criminosa. Suspeita-se inclusive que o crime organizado tenha financiado seu curso de direito.

Centenas de pessoas amontoam-se à frente do presídio em que ela se encontra reclusa para berrar por sua libertação. Gente que está perdendo dia de trabalho, gente desocupada, gente moça, gente idosa, gente enferma. Todo tipo de gente, indiferente ao fato de a acusação dela estar ligada a lavagem de dinheiro do mundo das bets, que movimentam hoje R\$ 30 bilhões por mês no Brasil e que representam gravíssimo problema de saúde pública, arruinando indivíduos e famílias.

Quando a televisão mostra criminosos que praticaram crimes violentos contra mulheres, como o goleiro Bruno ou o Maníaco do Parque, a sociedade toma conhecimento das montanhas de cartas que eles recebem de pretendentes a namoro e até casamento. Evidencia-se o nível de glamorização do crime, num país em que 4 mulheres foram mortas em média por dia em 2025 pelo simples fato de serem mulheres.

Acusados de estupros, alegam que os vestidos das vítimas eram curtos demais e que foram provocados, como se as vítimas fossem as responsáveis pelos crimes contra elas cometidos. Decisões da Justiça, apesar da clareza da lei definindo como estupro de vulnerável a conduta que envolva menor de 14 anos, reiteradamente em composições geralmente masculinas, absolvem os acusados com a tese da consensualidade da relação.

Ou seja, parece que parte importante da sociedade vive anestesiada em relação à violência e à vulnerabilidade juvenil, adotando atitude de certa indiferença complacente. A morte não causa mais espanto, como musicaram os Titãs.

As pesquisas de opinião mostram já há 11 anos que a corrupção se consolidou como um problema que angustia muito os brasileiros. Estudo do Inac detectou em 2024 que 62% já vivenciaram a corrupção eleitoral. Mas, ao mesmo tempo, quando escândalos de corrupção graves são revelados pela imprensa envolvendo candidatos, o impacto sobre suas chances eleitorais é pequeno, o que pode significar que, diante da percepção da impunidade, estabelece-se um certo nível deplorável de normalização também nesse campo.

O líder do Governo anterior na Câmara, em entrevista a um grande jornal, declarou que o nepotismo é exemplo maiúsculo de virtude na gestão pública. Depois disso, 10 mulheres de governadores ou ex-governadores foram nomeadas conselheiras dos tribunais de contas para fiscalizar os próprios maridos. Um político, aliás, entrevistado acusado de nepotismo, usa o evangelho bíblico de Mateus em sua defesa –“Primeiro os Teus”.

Manifestações de racismo, por outro lado, são ainda dados da nossa realidade no mundo do esporte, nas discriminações laborais, nas abordagens policiais e, apesar da iniquidade disso resultante e da importância da política para a reversão desse quadro, é comum nos depararmos com discursos raivosos de resistência e ódio contra a política de cotas. Apesar de a Constituição estar impregnada da preocupação com a promoção das ações afirmativas, parece normal para muitos o racismo e o ódio.

Nesse cenário, em que, apesar da predominância populacional, as mulheres ocupam só 17% dos assentos no Congresso, é imperioso registrar-se que há 10 anos não existia banheiro feminino no Senado. Apesar da isonomia estabelecida pelo texto constitucional, um indivíduo chamado Paulo Figueiredo, que se apresenta como influenciador, declarou há algumas semanas que “mulher não sabe votar”, remetendo o Brasil ao tempo do Estatuto da Mulher Casada.

É um triste sintoma de uma visão que não é só dele e que não evoluiu, um machismo horrendo que pretende fazer crer o mundo que o normal é ser o gênero masculino superior ao feminino, com a mulher submissa e servindo ao homem –uma verdadeira aberração.

Vivemos um tempo em que os valores e referências parecem ter-se evaporado num melancólico processo de coisificação que atinge as pessoas, que deixam de confiar umas nas outras e progressivamente não mais se preocupam com lealdade, integridade e até mesmo com os valores do humanismo. E simultaneamente, a decadência das instituições, em paulatino desbotamento, perdendo credibilidade, enfraquecendo-se a democracia. É como um móvel que aos poucos foi todo devorado por cupins.



Roberto Livianu

Roberto Livianu, 58 anos, é procurador de Justiça, atuando na área criminal, e doutor em direito pela USP. Idealizou e preside o Instituto Não Aceito Corrupção. Integra a bancada do Linha Direta com a Justiça, da Rádio Bandeirantes, a Academia Paulista de Letras Jurídicas e o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do MPSP, eleito por seus pares. É articulista da *Rádio Justiça*, do STF, do *O Globo* e da *Folha de S. Paulo*. Escreve para o Poder360 semanalmente às terças-feiras.



nota do editor: os textos, fotos, vídeos, tabelas e outros materiais iconográficos publicados no espaço “opinião” não refletem necessariamente o pensamento do Poder360, sendo de total responsabilidade do(s) autor(es) as informações, juízos de valor e conceitos divulgados.